



Alexandre Bomfim é Arquiteto e Urbanista e Mestre em Arquitetura e Urbanismo. É pesquisador do Grupo MOM - Morar de Outras Maneiras, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Estuda relações entre o imaginário espacial e a produção do espaço.

Como citar esse texto: BOMFIM, A. M. S. Assessoria técnica e imaginários espaciais de grupos sócio-espaciais. **VIRUS**, São Carlos, n. 19, 2019. [online] Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/_virus19/?sec=4&item=5&lang=pt>. Acesso em: 13 Dez. 2019.

ARTIGO SUBMETIDO EM 18 DE AGOSTO DE 2019

Resumo

Este artigo aborda a relação entre os imaginários espaciais de grupos sócio-espaciais e a atuação da assessoria técnica. Sugere-se que o agenciamento político desses grupos e sua autonomia dependem de um exercício crítico diretamente conectado aos processos de construção de informações sobre as relações sociais de seus membros e de seus respectivos espaços, afinal, a crítica da sociedade e de seu espaço produzido tem como base as informações sobre ele produzidas, e estas construídas a partir de um imaginário espacial socialmente partilhado. O imaginário espacial consiste na espacialização do imaginário social teorizado por Castoriadis, que é a matriz de sentido com base na qual a sociedade institui imaginariamente a si mesma. As instituições criadas com fundamento nesta matriz não independem da dimensão espacial; de fato, elas se manifestam em espaço social. Portanto concluiu-se que não apenas as relações sociais são instituídas de acordo com um modo o qual façam sentido, mas como também o espaço é produzido segundo uma interpretação da realidade. Com isso, para que a assessoria técnica contribua para o exercício da autonomia dos grupos assessorados, cabe a ela criar instrumentos que viabilizem a produção de informações por esses grupos, para que estes, no exercício de sua autonomia e sem criar uma relação de dependência para com os assessores, possam submeter seus imaginários espaciais à críticas por si mesmos.

Palavras-chave: Imaginário espacial, Assessoria técnica, Grupos sócio-espaciais, Autonomia

1 Imaginário social e projeto de autonomia

Cornelius Castoriadis foi um pensador grego que viveu de 1922 a 1997 e, durante toda sua vida, teve grande envolvimento com a política e a crítica da sociedade. Ainda jovem, ingressou na Juventude Comunista Ateniense, e, já em idade mais avançada, rompeu com o marxismo, fundando, junto com outros pensadores

que se separaram do braço francês da Quarta Internacional, o grupo e periódico 'Socialismo ou Barbárie, órgão de crítica e de orientação revolucionária' (CURTIS, 1988).

Castoriadis, como explica Souza (2017), era um pensador da autonomia. Para ele, a autonomia era a essência da práxis, do desenvolvimento histórico de uma sociedade justa. Isso porque somente o exercício da autonomia viabilizaria a abertura da sociedade à reformulação de si mesma, em busca da realização de seus objetivos e daqueles de seus membros, ao longo do tempo (CASTORIADIS, 1982).

No desenvolvimento de sua teoria e de sua crítica sobre a sociedade, Castoriadis (1982) elaborou uma tese sobre a formação e a existência desta última, consolidada em um texto de 1975, intitulado "A instituição imaginária da sociedade". Segundo ele, a sociedade é imaginariamente instituída por seus membros, não existindo como simples consequência natural da agregação de indivíduos. Assim, ela não existe como algo que se anteceda ao consenso social que a institui; é preciso que haja uma matriz de sentido comum partilhada pelos seus membros para que ela se constitua e, a essa matriz, Castoriadis (1982) dá o nome de imaginário social.

O imaginário social é um núcleo a partir do qual a sociedade compreende e institui a si mesma. Ele é a fonte para a construção de informações sobre a sociedade pelos seus membros. Tendo em vista o projeto de autonomia castoriano, é seguro afirmar que uma sociedade só pode se dizer autônoma – isto é, aberta à reformulação de si mesma – se os seus membros forem capazes de compreender e criticar a matriz de sentido de mundo socialmente instituída. Nessa linha, relacionar a produção de informações e o imaginário pode auxiliar no estudo do exercício político na sociedade e sua espacialização. Serve também para compreendermos as possibilidades de exercício da autonomia pela sociedade, seus membros e os grupos que a ela pertencem, contribuindo para repensarmos a atuação de assessores técnicos nos processos de assessoria na produção do espaço.

É importante saber que imaginário não é sinônimo de simbólico, por mais que o uso corrente tenda a fazer essa equivalência. O imaginário é a matriz social de sentido que possibilita à sociedade reunir-se em torno de uma interpretação da realidade que a institua; já o simbólico é o modo de expressão dessa matriz (CASTORIADIS, 1982), mas isso não significa a antecendência de um ou de outro: o imaginário não se realiza sem sua expressão simbólica, e o simbólico não existe sem uma matriz socialmente partilhada de significação. Uma das formas de expressão do imaginário é o discurso, o qual, sendo uma modalidade de manifestação simbólica dessa concepção de realidade. Consequentemente, o discurso permite acessar as informações da matriz subjacente que guia a instituição da sociedade.

Portanto, o conceito de imaginário social elaborado por Cornelius Castoriadis (1982) indica um caminho interessante para a compreensão da sociedade. Em sua teoria, o imaginário não aparece como algo abstrato, irreal ou idealizado, mas sim como um modo concreto de interpretar o mundo e instituir a sociedade. A seu ver, as relações sociais porventura travadas entre os membros de uma sociedade são fundamentadas nessa interpretação partilhada, o imaginário social, e possuem características funcionais e simbólicas. Afinal, segundo Castoriadis (1982, p. 159), o imaginário "deve-se entrecruzar com o simbólico, do contrário a sociedade não teria podido 'reunir-se', e com o econômico-funcional, do contrário ela não teria podido sobreviver", o que ocorre por meio das instituições.

A instituição, fenômeno que revela o imaginário social e constitui a sociedade é "uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário" (CASTORIADIS, 1982, p. 159). As instituições estão ligadas à sobrevivência material e funcional do grupo social e ao mesmo tempo, a significados que o grupo lhes confere, de tal maneira que façam sentido para a sociedade e seus membros (CASTORIADIS, 1982).

Para Castoriadis, uma sociedade só existe (não no sentido da existência meramente 'física' ou 'biológica', mas enquanto existência *humano-social*, o que implica a construção de *sentido* para as coisas e o mundo e a geração de *novos sentidos*) ao *criar* (verdadeiramente *ex nihilo*) uma matriz de 'significações imaginárias sociais'. Essas significações não têm ou não se esgotam (especialmente no caso das significações centrais e fundamentais, em contraste com as significações 'derivadas') em referentes 'reais' e 'racionalis'; elas compreendem os valores, as 'visões de mundo' (*Weltanschauungen*), as crenças, os mitos e os tabus ('Deus', 'Razão', 'Capital'...) que dão sentido ao mundo e aos quais o aspecto funcional se acha submetido/subordinado, por literalmente não ter sentido fora do plano simbólico (para além, obviamente, da banalidade que é, no plano da sobrevivência individual e da espécie, o fato de que não se pode subsistir sem comer, sem se proteger das intempéries, sem reproduzir a espécie etc.). (SOUZA, 2017, p. 37-38, nota 12, grifo do autor).

Porém, apesar do que afirma Souza (2017) no trecho acima, a criação do imaginário não é “verdadeiramente *ex nihilo*”. Ele não se dá a partir do nada. É importante ter em vista que as relações sociais instituídas, tal como propõe Henri Lefebvre (2008), manifestam-se em espaço social. Este último, então, afeta o imaginário, ao mesmo tempo em que é por ele afetado. Por essa razão, a tensão entre a teoria da produção do espaço e a teoria castoriadiana pode ensejar um novo conceito, capaz de incluir tanto as considerações sobre o imaginário quanto aquelas sobre o espaço: o imaginário espacial.

2 Imaginário espacial: uma espacialização de Castoriadis

Apesar da ontologia da sociedade formulada por Castoriadis (1982) auxiliar no entendimento das relações sociais instituídas, esse autor não é figura muito presente nas discussões sobre o espaço. Em parte, isso deriva de seu posicionamento quanto à relevância – ou melhor, quanto à irrelevância, a seu ver – da dimensão espacial. Para Souza (2017, p. 321, grifo do autor), Castoriadis “secundarizou e subestimou o espaço em favor do tempo, em favor da história, ao menos no plano da reflexão (própria e fortemente) *filosófica*”.

A desconsideração do espaço não é uma particularidade de Castoriadis. De acordo com Souza (2017), à época em que Castoriadis elaborou seu pensamento sobre a sociedade, era comum que teóricos que discutiam a sociedade recusassem a relevância dessa dimensão, opondo-se ao determinismo espacial e, conseqüentemente, entendendo a sociedade e seus conflitos somente a partir da história. Assim, para Castoriadis, o espaço é simples substrato natural, do qual somente podem derivar trivialidades para a sociedade, não suas instituições constituintes (SOUZA, 2017).

Entretanto, a sociedade não é somente histórica. A dimensão espacial não é tão somente o palco sobre o qual a sociedade se desenvolve.

A sociedade concreta, se existe somente na história, e tendo a história como seu modo de existência em sentido forte (criação de ‘significações imaginárias sociais’), também, complementarmente, só existe ‘com’ o espaço e ‘sendo’ espaço, na medida em que as relações sociais só se concretizam ‘no’ espaço, *pelo* espaço e *por meio do* espaço, *referenciadas* e *condicionadas* pelo espaço (o qual, aliás, também influencia a psique). (SOUZA, 2017, p. 53, grifo do autor).

Nessa linha, importa trazer à tona a discussão apresentada por Lefebvre (2008) acerca da produção do espaço. Há uma tensão entre a posição defendida por Lefebvre (2008), para quem o espaço é a manifestação das relações sociais, e Castoriadis (1982), para quem a instituição da sociedade é histórica e o espaço, a seu turno, não teria relevância. Essa, porém, é uma tensão constitutiva. É a partir da contraposição dessas duas teorias da sociedade e da identificação da referida tensão que podemos falar do conceito de imaginário espacial: uma matriz de sentido socialmente partilhada que não se manifesta apenas como construção histórica, mas também se manifesta na produção do espaço. Não se trata de um sub-ramo do imaginário social, mas do reconhecimento de que a concretização do imaginário defendida por Castoriadis (1982) precisa levar em conta a manifestação das relações sociais, que é, nos dizeres de Lefebvre (2008), o espaço social. E essa é uma via de mão dupla: de um lado, o imaginário espacial confere sentido a certas práticas espaciais em conformidade com relações sociais instituídas, e, de outro, essas relações manifestam-se em práticas que instituem o imaginário espacial em que se baseiam. Ter isso em mente é vislumbrar a realidade concreta e a manifestação das práticas e dos conflitos constitutivos da sociedade.

Segundo Lefebvre (2008), a produção do espaço está estreitamente conectada à disputa estratégica pelo controle das relações sociais: é no e pelo espaço que essas relações são produzidas e reproduzidas porque é no e pelo espaço que elas se realizam (LEFEBVRE, 2008). Dessa forma, mesmo se aceitarmos, com Castoriadis (1982), que as instituições sociais – incluídas aqui, portanto, as relações sociais instituídas – são fundamentadas em uma matriz de sentido socialmente partilhada, essa matriz não pode simplesmente ignorar a dimensão espacial. As relações sociais não ocorrem sobre o espaço social; as relações sociais são espaço social (LEFEBVRE, 2008).

Nesse sentido, falar somente de um imaginário social é correr o risco de ignorar parcela importante da manifestação real, no mundo, dos conflitos e relações instituídas, porque o desenvolvimento da sociedade na história é indissociável da manifestação em espaço desse desenvolvimento (MASSEY, 2008). Por isso, a partir de Castoriadis (1982) e Lefebvre (2008), talvez seja adequado falarmos de um imaginário espacial: não somente as instituições fazem sentido graças a uma matriz interpretativa da realidade, mas também faz sentido que o espaço social, que é a manifestação dessas instituições, seja produzido de determinada maneira, que aparenta ser ‘natural’ pelo sentido que faz para os membros da sociedade.

O grande problema está em que essa mesma matriz pode ser responsável pela perpetuação de desigualdades e pela alienação de grupos fragilizados, cujas vozes, no que diz respeito à produção do espaço –

consequentemente, da sociedade –, são emudecidas. Esses grupos, então, tornam-se reféns de representações do espaço ditadas de cima para baixo. Essas representações escondem os conflitos e as estratégias de dominação empregadas, aparentando ser as melhores ou mesmo as únicas possíveis. De fato, mesmo se não aderirem à matriz de sentido hegemônica, os grupos em questão sofrem a repressão violenta de um aparato estatal institucionalizado baseado nessa matriz. Isso porque o Estado para garantir a manutenção das relações sociais existentes, ataca violentamente as alternativas. Como informa Kapp (2014), o Estado, ainda que com níveis de rigor variáveis, busca controlar e planejar a sociedade para garantir a coesão necessária para a reprodução das relações sociais estabelecidas, e o faz tanto funcional quanto simbólica e discursivamente. Assim, por não corresponderem às representações institucionalmente estabelecidas, práticas de resistência colocadas em ação por esses grupos são combatidas pelo Estado.

3 Projeto de autonomia e assessoria técnica a grupos sócio-espaciais

Mesmo que Castoriadis não tenha conferido a devida importância ao espaço na sua teoria sobre a sociedade, “nada nos impede de ‘espacializar’ o ‘projeto de autonomia’ – condição *sine qua non*, aliás, para que a poderosa reflexão de Castoriadis adquira maiores concretude e potencial operacional” (SOUZA, 2017, p. 331, grifo do autor). Portanto, talvez seja positivo que as discussões sobre a transformação da sociedade considerem como esta última produz seu espaço e como acredita que deve fazê-lo.

Para Castoriadis (1982), é o exercício da autonomia que permite a auto-superação permanente da sociedade sobre si mesma, definindo e redefinindo seus objetivos e instituições, bem como orientando-se para a realização destes. Esse tema adquire ainda maior relevância quando consideramos grupos sócio-espaciais fragilizados, cujas possibilidades de tomar parte nesses processos de instituição de si e de seus espaços são mínimas – quando não são inexistentes.

Grupos sócio-espaciais são aqueles cujas características constitutivas estão intrinsecamente relacionadas a práticas espaciais que lhes são próprias, isto é, “um grupo de pessoas que se relacionam entre si num espaço, sendo esse espaço constitutivo do grupo e, inversamente, constituído por ele” (KAPP, 2018, p. 223). Normalmente, esses são os grupos a que se dedicam os serviços de assessoria técnica na produção do espaço (KAPP, 2018).

Neste ponto, é importante destacar a diferença entre assistência e assessoria técnica. Consoante Kapp (2018, p. 222), “*assistência* conota uma adesão acrítica ao pressuposto da inferioridade social dos assistidos, esbarrando no assistencialismo e na filantropia, enquanto *assessoria* condiz mais com uma perspectiva crítica dessas relações de dominação”. Dessa forma, ao passo que, na assistência, um serviço é prestado por especialistas a grupos ou indivíduos tidos como incapazes de produzir seu próprio espaço, na assessoria o que existe é uma relação de colaboração entre assessorados e assessores, de tal forma que haja, inclusive, promoção da capacidade dos primeiros de exercerem sua autonomia.

Contudo, essa distinção conceitual não é tão simples de ser colocada em prática. Segundo Kapp (2014), em regra existe uma disparidade entre as concepções dos técnicos prestadores dos serviços de assessoria e os grupos aos quais esses serviços são prestados. Existe “uma diferença de representações e discursos que é difícil de admitir e mais difícil ainda de superar” (KAPP, 2014, p. 122). Disso decorre que entender o imaginário espacial dos grupos assessorados não é tarefa fácil para os assessores.

Para que isso fosse possível, caberia à assessoria técnica auxiliar os grupos sócio-espaciais a produzirem informações sobre o espaço e sobre a sociedade sem que a primeira supusesse correspondências automáticas. Esses pressupostos – ou pré-conceitos – são típicos do assistencialismo paternalista que prescreve o que é melhor para os grupos, como se estes não fossem capazes de decidir por si mesmos. Ora, se a intenção é a promoção da autonomia, a assessoria deve procurar compreender as demandas e necessidades do grupo, não pressupô-las (KAPP, 2018). Assim, o serviço de assessoria técnica deve criar ferramentas para que os grupos sócio-espaciais possam produzir o espaço e a sociedade, bem como as informações pertinentes sobre esses temas, por si mesmos, sem uma relação de dependência para com os assessores. Tais grupos somente poderão agir em prol da transformação de sua condição sócio-espacial se estiverem dotados das informações necessárias para o seu agenciamento político autônomo.

Isso significa que a assessoria técnica a um grupo sócio-espacial deve ajudar na construção de informações sobre o espaço e a sociedade pelos membros do grupo assessorado, e não lhe informar sobre o que é mais adequado para ele. Como uma das formas de construção dessas informações pelos grupos são os discursos que eles e seus membros produzem, podemos supor que tais discursos são instrumentos relevantes para a obtenção de informações que contribuem para a prestação de assessoria técnica.

Certamente, os grupos sócio-espaciais assessorados não acolhem passivamente as recomendações dos assessores sem questionamentos. Mas, dada a possível assimetria técnica (real ou pressuposta) entre

assessores e assessorados, o cuidado pela parte dos técnicos é necessário para evitar o risco de determinar decisões que, no exercício da autonomia, devem ser tomadas pelos assessorados. Assim, a criação de ferramentas que instiguem a elaboração desses discursos e das representações do espaço pelos grupos sócio-espaciais assessorados pode permitir a sua emancipação e o exercício de sua autonomia, afinal isso contribui para revelar e submeter à crítica o modo como eles atribuem sentido à produção do espaço e às relações sociais instituídas.

4 Discursos e representações do espaço como instrumentos para a autonomia

Discursos sobre o espaço porventura produzidos por grupos sócio-espaciais e por seus membros são fontes de informação importante para compreender como o espaço é concebido e representado por esses grupos. O exercício quase terapêutico de revelação da matriz de sentido da instituição do espaço e da sociedade pelos grupos é o que torna possível que estes últimos possam produzir informações relevantes para si e, por conseguinte, elaborar críticas necessárias para exercício político informado. Isso torna possível tanto a luta institucional por melhorias no interior do Estado, quanto a busca pela concretização de um projeto transformador mais amplo.

Ao mesmo tempo, porém, é importante lembrar que os discursos podem servir como instrumentos de disseminação de um determinado imaginário espacial e de suas instituições, com consequências negativas para a sociedade e, principalmente, para grupos sócio-espaciais fragilizados. Afinal, um determinado imaginário espacial pode conter princípios interpretativos que corroboram aspectos como segregação espacial e reprodução da desigualdade de acesso, apropriação e transformação dos espaços urbanos. Esse imaginário, então, expressado em discursos e manifestado em instituições e, conseqüentemente, na configuração do espaço social pode ser veiculado como a melhor opção possível ou única adequada – inclusive com assessores técnicos desatentos contribuindo para isso.

Neste ponto, vale nos perguntarmos se os discursos podem realmente servir como instrumento para chegar ao imaginário espacial. Como afirma Bakhtin (2006, p. 34-35), “[...] a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social”. Isso quer dizer que há um conteúdo interpretativo que afeta a manifestação do pensamento; esse conteúdo, a seu turno, é a matriz de sentido partilhada, o imaginário.

A manifestação do pensamento está relacionada à linguagem, uma faculdade intelectual. Mas a linguagem não deve ser concebida apenas formalmente, como língua, um sistema de símbolos. Ainda que possa existir abstratamente como esse sistema, a concretização da língua e da faculdade da linguagem se dá, consoante Bakhtin (2006), pelo discurso. Sem a manifestação em discurso, a linguagem, como capacidade humana, permanece latente, e a língua, como sistema de símbolos, permanece abstrata. E o discurso não é apenas uma produção individual: ele deriva das significações que o indivíduo constrói nos processos de interação social – tanto que Bakhtin (2006, p. 34, grifo do autor) afirma categoricamente que “[a] *consciência individual é um fato socioideológico*”. Portanto, se o imaginário espacial é uma matriz de sentido socialmente partilhada que se expressa mediante símbolos socialmente construídos, uma das formas de se chegar a essa matriz é a análise dos discursos. Revelar o conteúdo ideológico subjacente ao discurso sobre o espaço, por exemplo, pode auxiliar a entender os princípios que regem o modo como os indivíduos interpretam a produção do espaço.

Isso não significa, todavia, que as representações construídas, mesmo que através de discursos sobre o espaço, tenham apenas conteúdo ideológico. Para Lefebvre (2008, p. 45, tradução nossa), a representação “suplanta o conceito de ideologia e se torna uma ferramenta útil (operacional) para a análise de espaços, assim como daquelas sociedades que tenham dado origem a eles e reconhecido a si mesmas neles”.

As representações construídas, seja por discursos ou não, revelam características objetivas. Por essa razão, elas podem servir como um instrumento de análise e compreensão das relações sociais por trás da produção do espaço. Assim, além de garantirem acesso ao conteúdo ideológico, elas possibilitam o acesso a elementos concretos acerca da configuração das instituições sociais, permitindo a produção de informações sobre a sociedade. Ainda que a dimensão ideológica dos discursos e das representações construídas a partir deles não determine, por si mesma, o espaço social, ela ajuda a desvelar a disputa estratégica na produção do espaço, no controle da configuração das relações sociais instituídas, o que é algo bastante real e concreto.

A efetividade da ideologia é inegável, mas é limitada: ela mascara as contradições para e na consciência (nas representações). Na pior das hipóteses, ela adia os efeitos dessas contradições. Não pode suprimi-las. Claramente, sem o crescimento das forças produtivas e da população, a ideologia jamais seria capaz de manter as

relações de produção; pode apenas esconder sua reprodução. (LEFEBVRE, 1976, p. 68, tradução nossa).

Consequentemente, os discursos sobre o espaço não podem ser supostos como simples objetos ideológicos: eles podem ser instrumentalizados. Por conta disso, os serviços de assessoria técnica precisam estar preparados para analisar os discursos produzidos pelos assessorados e auxiliá-los, mediante a criação de instrumentos utilizáveis pelos grupos, a fazerem-no por si mesmos, pois tais discursos são ferramentas úteis para a construção de informações objetivas sobre a produção do espaço social e das relações instituídas manifestadas nesse espaço. Isso ajudará na abertura dessas informações à reflexão crítica pelos próprios grupos sem que se crie um vínculo de dependência assistencialista para com o corpo técnico.

5 Considerações finais

A busca pelo imaginário espacial de grupos sócio-espaciais não é simples preciosismo teórico. Não se trata apenas de uma coleta de dados para entender como esses grupos imaginam que devem ser seus espaços. O imaginário espacial é, a exemplo do imaginário social castoriadiano, algo concreto. E, ainda que os discursos sobre o espaço possam auxiliar na identificação desse imaginário, este último ultrapassa a mera construção de imagens, representações e discursos propriamente ditos. Trata-se de uma matriz que institui as relações sociais praticadas e, por conseguinte, sua manifestação como espaço social. Os discursos servem como instrumentos de acesso ao imaginário espacial, pois, de certa forma, eles são construídos tendo em vista o modo como acreditamos fazer sentido que o espaço seja produzido. Como lembra Massey (2008, p. 250), “o espaço é uma dimensão implícita que molda nossas cosmologias estruturantes. Ele modula nossos entendimentos do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política”.

Dessa forma, quando pensamos a possibilidade de uma assessoria técnica para grupos sócio-espaciais fragilizados, a investigação do imaginário espacial pode servir para identificar concepções e instituições sociais que digam respeito à matriz de sentido desses grupos, inclusive para investigar quais são os traços concernentes às suas características singulares e quais são aqueles derivados de imposições heterônomas sobre eles. Vários desses grupos, submetidos aos ditames de um pensamento hegemônico que lhes subjuga, podem estar em uma situação na qual as informações que produzem e as interpretações do espaço e da sociedade que fazem estejam comprometidas por uma agenda que não diga respeito a seus interesses autênticos.

É com base nas informações produzidas que os grupos podem questionar e produzir as relações sociais de que tomam parte e o espaço social que habitam. Por conseguinte, se a construção dessas informações sobre a cidade e sobre a sociedade for determinada por imaginários impostos, o exercício da autonomia pelos grupos sócio-espaciais resta, de pronto, prejudicado. Nesse sentido, o seu agenciamento político e a sua capacidade de produção de informações sobre o espaço podem estar condicionados por uma fonte externa: é-lhes dito como o espaço deve ser, impondo-se sobre eles um imaginário espacial que os atrapalha a produzir seu espaço e suas relações sociais autonomamente, de acordo com seus interesses reais. E, algumas vezes, são os próprios arquitetos e urbanistas que o fazem, a partir de uma ‘assessoria’ – muito mais próxima do assistencialismo paternalista do que do assessoramento propriamente dito – que ‘ensina’ o que é melhor para a produção do espaço pelo grupo. É preciso que os assessores técnicos tenham o cuidado de não criar situações que comprometam a construção de informações pelos grupos assessorados, cujos membros muitas vezes podem se sentir na obrigação de apresentar informações que não correspondem aos seus interesses reais.

Talvez [os membros do grupo sócio-espacial assessorado] tentem avaliar a situação e descobrir qual resposta os interlocutores [assessores técnicos] esperam ou que resposta será mais vantajosa para o próprio grupo. Ou talvez apenas dirão qualquer coisa para se livrar daquela situação incômoda. Sem perceber, os arquitetos se aproveitam disso e induzem um monte de confirmações daquilo que eles próprios pensam. Enfim, há nessa situação um potencial inimaginável de mal entendidos e frustrações. (KAPP, 2014, p. 123).

Como afirma Souza (2017, p. 61, grifo do autor), a autonomia será parâmetro fundamental para julgar processos concretos de transformação sócio-espacial, tendo em vista “*justiça social* (considerando-se o aumento, ou não, da justiça social, em sentido distributivo ou outro) e a *qualidade de vida* (considerando-se a elevação, ou não, da qualidade de vida para o maior número possível de pessoas)”. E isso é ainda mais marcante na crítica do trabalho do assessor técnico. Afinal, ele contribui para o exercício da autonomia ou apenas cria uma relação de dependência do grupo para consigo? Ou pior: será que ele não está simplesmente mascarando um processo heterônimo com o véu da ‘participação’? Essas são perguntas que precisam estar na mente dos arquitetos e urbanistas sempre que se propuserem ao trabalho de assessoria técnica.

Além disso, é preciso estar alerta para o fato de que as representações do espaço porventura construídas a partir dos discursos dos membros dos grupos sócio-espaciais não são o espaço social propriamente dito. Como Massey (2008) alerta, representações do espaço são sempre construções limitadas, leituras restritas do espaço social. Portanto, uma investigação do conteúdo informacional construído pelos grupos assessorados precisa estar atenta para não tratar essas representações como correspondentes exatos de todas as características do espaço social. Supor isso significaria um engessamento do espaço em uma representação estática e insuficiente (MASSEY, 2008).

De fato, quando pensamos em contextos periféricos como o nosso, latino-americano, é preciso ter em vista que a espacialização – portanto, a manifestação em espaço social – desse projeto de autonomia é bastante complexa e dificultada por uma cultura de subjugação violenta de certos grupos sócio-espaciais a regramentos heteronomamente estabelecidos e ‘justificados’ pela autoridade imaginariamente instituída do Estado. A autoridade estatal, dentro de uma matriz de sentido com base na qual cabe ao poder público definir como deve ser o espaço, aparece como fenômeno estritamente racional e lógico, como se o Estado definir em todos os pormenores o espaço urbano fosse essencialmente a única alternativa viável.

Diante dessa realidade heterônoma que afeta as relações sociais instituídas e, por conseguinte, a sua manifestação em espaço social, os arquitetos e urbanistas precisam se indagar sobre o seu método de obtenção de informações e sobre como podem viabilizar que os grupos assessorados consigam produzi-las na ausência dos assessores. Se não houver oportunidade para a manifestação pelos membros do grupo sócio-espacial e a consequente identificação dos traços e princípios definidores do imaginário espacial desse grupo, a assessoria técnica pode ver seu trabalho comprometido. Afinal, se ela não contribuir para que o grupo possa fazer a crítica por si mesmo dos traços de seu imaginário espacial, como garantir que a assessoria não está apenas perpetuando uma situação com base na matriz de sentido dos próprios assessores, externos ao grupo assessorado? Salvo se houver um cuidado na investigação do imaginário espacial, as características singulares do grupo podem ser descartadas de imediato pelo planejamento urbano padrão. Ora, se considerarmos que o exercício da autonomia é necessário para que esses grupos possam, enfim, ter o direito à cidade – o direito de mudar a cidade e, por conseguinte, mudar a si mesmos (HARVEY, 2008) –, serviços de assessoria técnica que pretendam contribuir para a emancipação de grupos subjugados têm uma tarefa e tanto a desempenhar.

Portanto, uma assessoria técnica que pretenda realmente servir aos interesses desses grupos não deve ditar representações do que seria melhor para eles. A assessoria precisa, antes, auxiliar esses grupos a buscarem a sua matriz de sentido do mundo social, seu imaginário espacial, e, a partir disso, tornar possível que tais grupos submetam esse imaginário à crítica e decidam, por si mesmos, no exercício de sua autonomia, os rumos que querem dar à produção de seu espaço, de sua realidade. Afinal, como lembra Kapp (2018, p. 233), a meta da assessoria técnica “não é um objeto arquitetônico íntegro e sim um grupo sócio-espacial ativo”. O estudo do imaginário espacial, assim, pode contribuir para que os assessores técnicos consigam instigar os grupos assessorados a produzirem as informações necessárias para abastecerem, por si mesmos, as discussões políticas de que tomem parte, e trabalhar, autônoma e ativamente, em prol das transformações que considerem cabíveis.

Referências

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CURTIS, D. A. Foreword. In: CASTORIADIS, C. **Political and Social Writings: 1946-1955 – from the critic of bureaucracy to the positive content of socialism**. v. 1. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1988. p. VII-XX.

HARVEY, D. The right to the city. **New Left Review**, Londres, 53, p. 23-40, Set./Out. 2008.

KAPP, S. Experiências em AT e suas questões. In: SALAZAR, J.; STROHER, L.; DE GRAZIA, G. **Assistência Técnica e Direito à Cidade**. Rio de Janeiro: FNA/ CAU-RJ, 2014. p. 113-122.

KAPP, S. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 221-236, Mai./Ago. 2018.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. 26. ed. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2008.

LEFEBVRE, H. **The survival of capitalism: reproduction of the relations of production**. Nova Iorque: Saint Martin's Press, 1976.

MASSEY, D. B. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, M. L. **Por uma geografia libertária.** 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.